

- A Instrução Pública no tempo do Estado Novo

José do Carmo Correia Martins



A República, proclamada em 5 de Outubro de 1910, trazia como **decidida** determinação um projecto de reformar a mentalidade portuguesa. Pretendia-se actuar em diversas frentes, especialmente, pela via da educação e da instrução.

A «educação republicana», expressão usada por João de Barros, era a educação interessada na criação de uma nova maneira de ser português, capaz de expurgar da sociedade portuguesa os males que a tinham condicionado a estar longe do progresso europeu.

Apenas dez dias depois do 5 de Outubro, era publicado no *Diário do Governo* o primeiro diploma sobre o sistema escolar (estranhamente por parte do Ministério da Guerra), o que dá a entender a prioridade dada a esta matéria. Tratava-se de um decreto que nomeava uma comissão para elaborar um projecto de regulamento de instrução militar preparatória, mas que se destinaria a instrução nas escolas e mais institutos de educação.

Toda a atenção dos governantes se concentrou na resolução dos problemas tradicionais do ensino: o analfabetismo, o insuficiente número de escolas primárias, a deficiente preparação pedagógica e científica dos professores desse grau de ensino, (maioritariamente afectos ao clero) e a mísera condição económica geral.

Portugal era de facto «um país de analfabetos», milhares de jovens com idade de ingresso no ensino primário permaneciam sem aulas, tal foi a herança que os republicanos receberam.

Os legisladores republicanos apontaram as suas armas às forças que até aí tinham impedido o avanço dos ideais revolucionários: a presença das Ordens Religiosas no ensino e a doutrinação católica nas escolas do Estado. Aliás, passadas poucas horas do 5 de Outubro, foram publicados diversos diplomas contra diversas instituições religiosas. Os jesuítas, expulsos «para sempre» do país pelo Marquês de Pombal, tinham cautelosamente voltado ao Portugal monárquico ao abrigo de condescendências várias. A República fez respeitar à letra as leis setecentistas.

Apesar destas disposições, as contradições republicanas levaram a que só em 1913 fosse criado o Ministério da Instrução Pública, pois até aí os assuntos da instrução estavam na dependência do Ministério do Interior.

As grandes reformas republicanas no sector do ensino começaram pela instrução primária, por ser aquela através da qual se projectava conseguir a transformação mental com mais projecção no futuro.

Mas a triste realidade, era a vida económica, quase miserável, dos professores primários. Assim, era difícil despertar consciências. Todavia, seria um erro pensar-se que a acção da República no campo do ensino não tivesse tido merecimento.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, que pôs termo à I República, foi inicialmente bem recebido pela população portuguesa. O país estava cansado da instabilidade governamental e confiou nas “boas” dos revoltosos. Todavia, logo nos dois primeiros anos da ditadura, foram presas e deportadas para o “Ultramar” largas centenas de

indivíduos e logo nesses anos se instituiu a Censura da Imprensa, o que já anteriormente tinha acontecido.

A situação económica e financeira de país era gravíssima e dar-se-ia mais um golpe de Estado, como tantos anteriores, se não surgisse um modesto professor de Economia e Finanças da Universidade de Coimbra, de nome António de Oliveira Salazar. Relativamente pouco conhecido fora do ambiente universitário, Salazar foi nomeado Ministro das Finanças em Maio de 1926, mas poucos dias se manteve no cargo (cerca de dois meses). Não era homem para se sentar numa mesa a ouvir e suportar diversas opiniões até ao consenso geral. Era, antes, homem para mandar e ser obedecido sem hesitações.

Dois anos decorridos, Salazar recebe novo convite para ocupar a pasta das Finanças. A situação no país continuava sem solução visível e Salazar agora impõe condições de que não abdicava. Exigia a total submissão de todos os ministérios ao ministro das Finanças. Ou assim, ou continuaria em Coimbra.

As condições foram aceites e Salazar iria iniciar a sua carreira de ditador por quarenta anos. Era defensor de um sistema de governo concentracionário, no que era acompanhado por Hitler, Mussolini e mais tarde Francisco Franco. Estes alcançaram o poder pela força, mas a Salazar o poder foi oferecido. «Sei muito bem o que quero e para onde vou» afirmou no acto de posse. Os portugueses é que não sabiam...

Salazar considerava-se revestido de um poder sobrenatural e, quando passados poucos dias falou às forças armadas, foi já como se fosse o portador duma mensagem, o executor duma doutrina, o chefe. A sua doutrina era de raiz católica, de sólidas ideias afeiçoadas na solidão do seminário em que fora educado e na calma resignada do meio rural que o vira crescer. Ao olhar para o mundo exterior com a perspectiva tacanha e campestre, pensou ver os seus males e planeou o remédio.

Salazar declarou guerra ao «comunismo», que no seu entendimento tudo subvertia e não distinguia o bem do mal, a justiça da injustiça, e afirmou por diversas vezes que eram as escolas o maior baluarte a erguer com vista ao futuro da Nação. A escola não poderia ser neutra. Salazar nunca ocupou a pasta da Instrução, mas actuou como seu ministro e, os que a ocuparam pautaram toda a sua actividade pelas normas ditadas pelo chefe.

Para a implementação e execução do seu plano de Instrução e pensamento, Salazar precisava de uma personalidade rigorosa e inequivocamente integrada na mesma doutrina, por opção ou por submissão. À data da entrada de Salazar para o elenco governativo, a pasta da Instrução Primária era gerida pelo engenheiro Duarte Pacheco, (natural de Loulé), e que viria a notabilizar-se como ministro das Obras Públicas. Duarte Pacheco era já o sexto ministro da Instrução em dois anos de Ditadura.

A partir de julho de 1932, Salazar ascendeu à Presidência do Ministério e, a partir desta data podia jogar com toda a sua incontestada autoridade, impondo ainda mais

condições governativas. Na óptica dos defensores de um Estado autoritário, mantido por um grupo de privilegiados, tornava-se legítimo perguntar antes de se admitir qualquer solução para o problema do analfabetismo, se, realmente, interessaria extingui-lo, ou se não seria preferível manter o povo na ignorância pois dela decorria a modéstia, a paciência, e a resignação resultante da ignorância.

A escritora Virgínia de Castro e Almeida, em 1927, atendendo à percentagem de cerca de 75% de analfabetos, dizia no jornal *O Século*, que nesses 75% residia a parte mais genuína do povo português. João Ameal, escritor muito cotado na época, dizia «Portugal não precisa de escolas...» «Ensinar a ler é corromper o atavismo da raça». O conde de Aurora, figura destacada do meio social dizia «Felizes aqueles que não sabem ler». Alfredo Pimenta, contrapondo-se aos republicanos que proclamavam que abrir uma escola era fechar uma cadeia, declarava no jornal *A Voz*, que «abrir uma escola era abrir dez cadeias»

Estas afirmações (como muitas outras que se poderiam acrescentar) são expressões públicas de personalidades destacadas da vida nacional, após o 28 de Maio, mas anteriores a 1932, ano da subida de Salazar à Presidência do Concelho. Em 1933, Salazar, nas célebres entrevistas a António Ferro, diz «Considero mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler».

Salazar estaria assim perfeitamente escudado numa primazia do obscurantismo. O inconveniente de o povo saber ler não estava propriamente no facto em si mesmo de ler, mas no uso perigoso que dele poderia resultar. Por via da leitura teria o povo acesso ao conhecimento de doutrinas que iriam corroer a situação. O melhor, no dizer de Alfredo Pimenta, seria fecharem-se as escolas se isso acontecesse, deixando apenas aos filhos da burguesia interessada na manutenção dos seus privilégios, o acesso ao ensino.

Mas havia outro caminho a seguir. Era o de proporcionar escolas a todos mas só deixar ler aquilo que o Estado achasse conveniente...não apenas nas escolas, mas depois como adultos, pela vida fora, até à hora da morte... Foi isso que Salazar conseguiu.

Continua .../...

- A Instrução Pública no tempo do Estado Novo (II)

José do Carmo Correia Martins





Portugal nasceu à sombra da Igreja e a religião católica foi desde o começo o elemento formativo da alma da nação e o traço dominante do carácter do povo português.

(Salazar)

kdfrases.com



DOUTOR ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR

DOUTOR ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

SALVADOR DA NAÇÃO PORTUGUESA.

No dia da Rainha-Santa Isabel, a 4 de julho de 1937, pelas 10.^h 25.^m, foi miraculosamente salvo dum infamíssimo atentado contra a sua vida.

PRECES

v. Haja paz, ó Deus, pelo vosso poder
r. E abundância nas nossas casas.

v. Pelos merecimentos e preces da Rainha-Santa Isabel.

r. Sêde propício, Senhor, ao vosso povo.

v. Oremos pelo nosso Chefe Salazar
r. O Senhor o conserve, e lhe conceda longa vida, e lhe dê felicidade sôbre a terra, e não o abandone jámais às ciladas dos seus inimigos.

P. N. — A. M. — Gl. P.

Concedemos 50 dias de Indulgência a quem recitar devotamente estas preces. — Podem imprimir-se.

Coimbra, 23 de julho de 1937

† ANTONIO Bispo de Coimbra



No mês passado referimos, de forma ligeira, o evoluir das políticas no ensino em Portugal, desde a implantação da República até ao início do Estado Novo. Referimos as diferentes perspetivas dadas aos problemas da educação e ensino nesses anos conturbados do início do século XX em Portugal.

Agora, a afirmação plena do Estado Novo vai permitir impor um modelo educacional de acordo com o regime. Uma das primeiras medidas, fora de qualquer contexto reformador dos estudos, foi a proibição de meninos e meninas na mesma sala de aula nas escolas primárias.

Simultaneamente acentuou-se a acção dos serviços disciplinares ao não ser permitida a nenhum funcionário dependente da Direcção-Geral do Ensino Primário a discussão pública, oral ou por escrito, de assuntos de serviço. Tal “infracção” passava a ser punida com suspensão de exercício e vencimento por trinta dias. Em caso de reincidência o funcionário era demitido.

O tempo de escolaridade obrigatória foi reduzido de cinco para três anos, suportado pelo discurso de que a cultura suficiente a fornecer às crianças do mundo rural era o saber ler, escrever e contar. Tal teoria conduzia à justificação para não haver grandes preocupações com a preparação pedagógica dos professores primários. E sem grande necessidade de preparação também haveria justificação para a remuneração ser pequena. Era uma “economia” para o Estado e simultaneamente era um ataque fácil à elevada percentagem do analfabetismo.

Assim foram criados os *postos de ensino* como solução do problema do analfabetismo e foram criados os «regentes escolares» entre pessoas a quem não se exigia qualquer habilitação específica, apenas a comprovação de possuírem «a necessária idoneidade moral e intelectual». Só passados alguns anos, mediante inevitáveis abusos, passou a ser exigido um exame de aptidão a estes candidatos à regência dos referidos postos.

Evidentemente que se estava na presença dum ataque aos verdadeiros professores primários, que se sentiam feridos na sua dignidade profissional e economicamente prejudicados. Alguns nem conseguiam colocação porque os regentes os substituíam...

No artigo anterior fizemos referência à opinião de destacados elementos da sociedade portuguesa, cuja opinião era a de que seria desejável que o povo se mantivesse na ignorância da leitura e da escrita, pois assim evitar-se-ia que se atrevessem a sair da crónica modorra em que viviam, mantendo-os afastados do mundo. Ficava, porém, a necessidade de se vigiarem as suas leituras e as dos próprios livros escolares. Assim, além da reduzida instrução, seria imperioso adoptar uma educação moral e cívica para se combater qualquer veleidade de leituras menos apropriadas.

Agora o principal objectivo da escola não era ensinar mas educar de acordo com os interesses ideológicos do Estado Novo. Uma série de frases de carácter moral, inserida nos livros oficiais, passava a ser obrigatória. Citamos algumas:

«Obedece e saberás mandar»;

«Na família o chefe é o Pai, na escola o chefe é o mestre, no Estado o chefe é o Governo»;

«Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando»;

«Se soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida».

Mas a política de Salazar não se ficou por aqui. Para além de legislação que expulsava os professores que manifestassem espírito de oposição aos princípios da Constituição (entretanto aprovada), tratou de passar a ser obrigatório aos funcionários públicos assinar uma declaração:

«Declaro, sob minha honra, que não pertenço, nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos». Posteriormente foi acrescentado o «repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas».

Este aumento da acção repressiva do Estado Novo sobre os cidadãos em geral e sobre as instituições, integrava-se no ambiente europeu, que na época vigorava e se desenvolvia. A Ditadura de Salazar não estava só. Na Itália, a de Mussolini, já vigorava há anos. Hitler subiu ao poder em 1933, no mesmo ano em que Salazar foi nomeado Presidente do Concelho. Em 1935, ano das fortes demissões no funcionalismo público português, Hitler denunciou o Tratado de Versalhes, o que preparava ao conflito mundial que deflagraria em 1939. Em Espanha, nesse ano, o ditador Franco tomou posse do poder, também por várias décadas.

Tinham estas ditaduras como alvo privilegiado o combate ao bolchevismo, proclamado como doutrina minadora e destruidora dos alicerces da civilização que era preciso combater, mesmo nas suas disfarçadas infiltrações.

A partir de 1936 o Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional com mais uma profunda reforma e com novo ministro. Ressalta a intensão de impor uma certa educação em detrimento de uma instrução. Esta ficava reduzida ao saber ler, escrever e contar, e àquela era destinada a exaltação máxima das implicações nacionalistas e cristãs.

Para Salazar, governar não era apenas por em ordem a vida económica e financeira do país mas também, defendê-lo da circulação de ideias que contaminassem o organismo social construído. Para tal eram necessárias doses maciças de “remédios” de inspiração cristã e nacionalista. Assim, era muito necessário olhar para a Escola, afastando dela todos os elementos eventualmente perigosos instalados no seio do

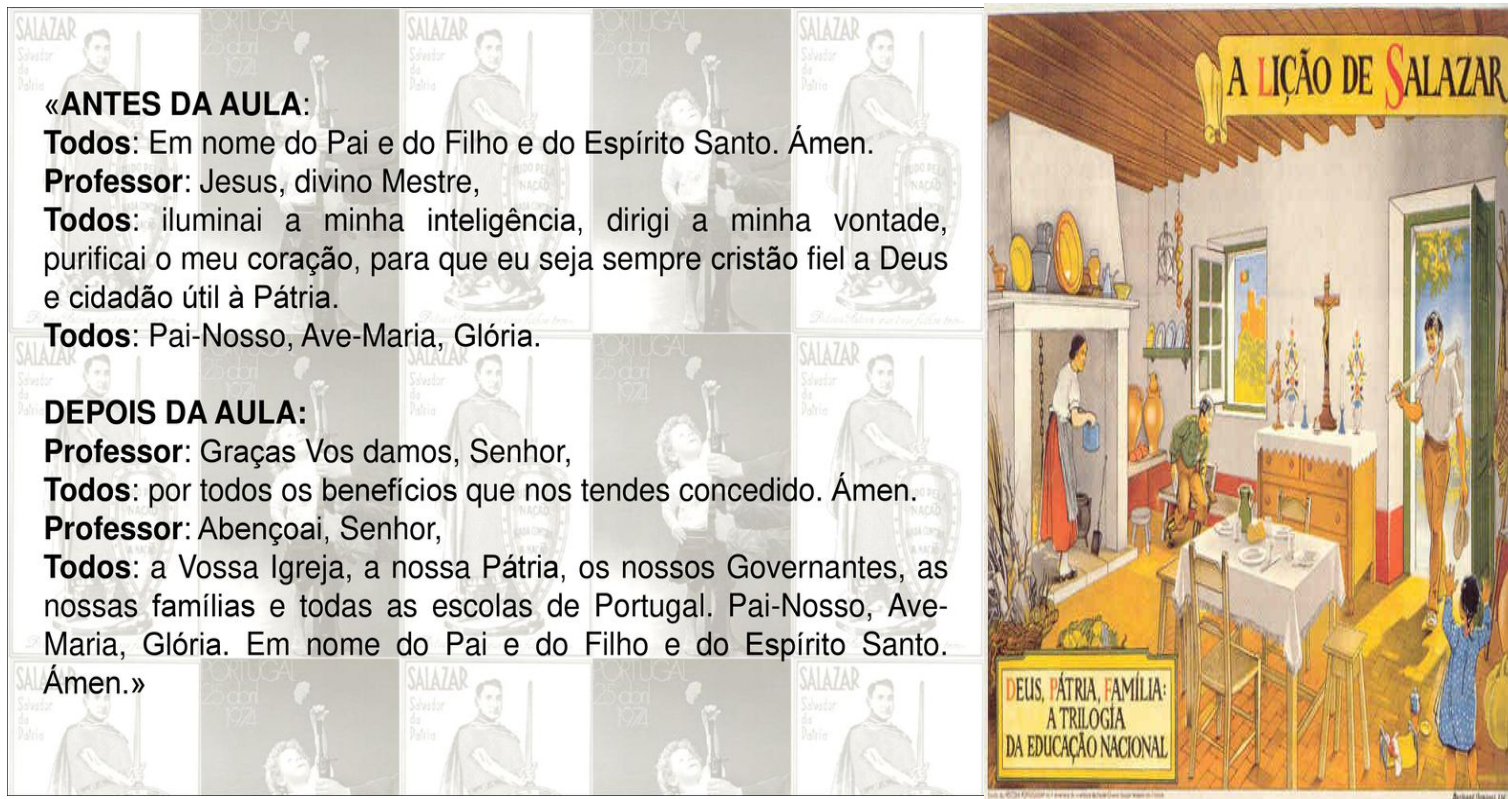
professorado e aliciar as crianças e os adolescentes com palavras inflamadas de exaltação patriótica e religiosa que fizesse, de cada um, uma muralha contra as investidas do inimigo “ateu e traidor”.

Continua...

- A Instrução Pública no tempo do Estado Novo (III)

José do Carmo Correia Martins





Em artigos anteriores revisitamos a evolução das políticas de ensino em Portugal desde o início do século XX, especialmente no que concerne ao ensino primário.

Referimos que era determinação da política do Estado Novo privilegiar a educação (*determinada* educação) em detrimento da instrução. Assim o Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional a partir de 1936. A instrução passava a ser reduzida ao

mínimo: ler, escrever e contar, agora assente na obra da Ditadura elevada ao máximo nas suas orientações nacionalista e católica. Aliás até há pouco tempo era usual a expressão de «saber ler, escrever e contar» ...

«A educação moral e cívica», «formação do espírito nacional», «organização corporativa», passam a ser expressões com forte impacto nas escolas. Na revisão dos respectivos programas passava por haver um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal e História Geral, Filosofia, Educação Moral, etc. Assim se formatavam as mentes numa forma só e na mesma doutrina.

A Mocidade Portuguesa tinha carácter obrigatório, era uma organização nacional e pré-militar, a exemplo do que se fazia em Itália e na Alemanha, sendo o inimigo declarado o comunismo e determinava-se a sua obrigatoriedade em colaborar com a Legião Portuguesa em todos os fins patrióticos. Em todas as escolas públicas do ensino primário existia, por detrás e em cima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação católica.

De referir que o ensino infantil oficial foi banido porque «seria um aliado ao desaparecimento e à aniquilação da família». Isto conduzia o papel da mulher e mãe à esfera da casa. O seu mundo era reduzido à casa e o seu papel na família era perfeitamente circunscrito. Era defendido que não convinha que os professores soubessem muito, porque se isso acontecesse era um inconveniente gravíssimo para a ideologia dominante e para a formatação da vida em sociedade. Deveria existir harmonia entre o padre e o professor...

Todas estas disposições tiveram um ponto alto em 1940, ano de glória para o Estado Novo, com celebração de dois centenários. O oitavo centenário da Fundação da Nacionalidade em 1140 e o centenário da Restauração, em 1640. Os livros oficiais apresentavam dezenas de páginas com motivos patrióticos e páginas dedicadas à religião católica, com ilustrações sugestivas e frases adequadas aos interesses da Ditadura como acima se exemplifica, donde ressaltava a figura “salvadora” de Salazar.



Ficava assim diminuída a figura da mulher na sociedade e, no caso vertente, a figura do professor. Condicionados nas suas iniciativas pedagógicas e na sua actividade profissional, os professores primários teriam pouco espaço para se afirmar de forma inovadora, pois teriam que obedecer às rígidas orientações que lhe eram impostas.

Um caso concreto foi o do professor JOAQUIM DA CRUZ COSTA, que exerceu na escola masculina do Alportel, no início da década de quarenta do século passado (*). Alguns dos seus alunos ainda vivos, lembram-se dele como possuindo uma forte imagem positiva, tanto social como humana. Sempre bem comportado, muito correcto, ensinava todas as regras sociais impostas e mantinha um excelente ambiente escolar.

Nunca terá transmitido aos seus alunos qualquer desencontro com a ideologia dominante, dava as “vivas a Salazar” como era obrigatório e acima exemplificamos. Pessoa isenta, era um exemplo a seguir pelos seus alunos. Terá contribuído largamente para a formatação do carácter de muitos dos seus alunos, que só mais tarde como homens em sociedade se terão apercebido do excelente professor que tiveram.

Tinha um filho, Avito Neves da Cruz, que ainda jovem o auxiliava nas actividades escolares, e que cumpria como seu pai, mas que manifestaria demais os seus ideais. Por estranha coincidência foi enviado para Timor, para cumprir o serviço militar, donde não voltou. Lá terá manifestado em excesso os seus ideais. Anos mais tarde ter-se-á difundido a opinião de ter sido sacrificado pela polícia e não num acidente de automóvel como foi oficialmente noticiado.

O professor Joaquim da Cruz Costa acabou por ser expulso do ensino e viveu o resto dos seus dias, uma vida triste e amargurada, de miséria em São Romão, sem arranjar qualquer outro emprego, sobrevivendo de uma escassa actividade agrícola ... Mais um a quem ninguém fez justiça.

(*) Devo ao Sr. Victor Pires Lourenço as referências a este caso.

Oferta do Autor em 12 Fev 2018 com indicação de que tinha sido enviado para publicação no jornal "Notícias de São Brás"- S. Brás de Alaportel. 2018

